

O FENÔMENO DA SECA E A MIGRAÇÃO RURAL-URBANA NO NORDESTE BRASILEIRO: UMA REALIDADE CONCRETA

Daiene Luiza Farias Vilar

Universidade Federal do Pará — UFPA

Irami Rodrigues Monteiro Júnior

Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN

José Ediglê Alcantara Moura

Universidade Federal do Ceará - UFC

Osmar Faustino de Oliveira

Universidade Estadual da Paraíba — UEPB

Introdução

A região Nordeste Brasileiro (NEB) é a segunda região mais populosa do país (26,9%), sendo constituída por nove estados, Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Maranhão, com o território correspondente a 18% do território brasileiro (IBGE, 2022). A seca na região é uma realidade, um fenômeno natural, com maior ocorrência no mundo (Silva et al., 2013). Uma questão que vem sendo enfrentada desde a época do descobrimento do Brasil, mais especificamente no semiárido nordestino, tem-se uma grande incidência de períodos prolongados de estiagem, as chamadas secas.

Desde que mudou as políticas da seca no NEB, algumas tentativas de solucionar o problema da falta de água, umas das mais conhecidas, é o projeto da transposição do rio São Francisco beneficiando cerca de 8,8 milhões de pessoas. Os primeiros registros do primeiro plano de realizar um projeto, tal como o da transposição do rio São Francisco, como conhecemos atualmente, data por volta da década de 1810, no período do Brasil Colônia (IEPA, 2010).

A área no Nordeste mais prejudicada pelas secas periódicas enfrentadas pela região é o chamado Polígono das Secas, que abrange cerca de 879.665 quilômetros de extensão, apenas no Nordeste. Com destaque para a região semiárida onde vivem cerca de 17 milhões de pessoas (Suassuna, 2007), nesse espaço os efeitos da falta de água são mais acentuados pela capacidade da troca hídrica com a atmosfera.

Na visão de Gomes (2015), essas políticas incentivaram o consumo de mercadorias, ao passo que fragmentou o espaço dado pela segregação espacial e exclusão social, formando enclaves econômicos. A inanição dessas políticas transformadas em ação causou procissões de órfãos dos lugares, das suas memórias em marcha rumo à região Sudeste, principalmente. A migração, fenômeno que marca a mudança permanente de residência de origem para outro lugar (Golgher, 2004), marcou o chão pela caravana de retirantes todos os anos fugindo da seca, da fome, da miséria.

Contudo, nesse processo de peregrinação, alguns migrantes saem de seus lugares por temporada, a chamada migração sazonal, entendida como uma estratégia desses sujeitos para se manter nos seus lugares de origem e junto ao seu núcleo familiar (Silva, 2022). Uma das principais diferenças entre a migração definitiva e sazonal é a manutenção dos vínculos com seu espaço de vida. Tomando essa definição como ponto de partida, neste trabalho, a análise da migração assume a concepção de migrantes fora do seu local de origem a mais de cinco anos, ou seja, a migração definitiva.

Diante do exposto, a seca não se configura apenas pela falta de água, mas por um problema político que esbarra na dificuldade de acesso à terra. Além disso, o êxodo do campo, dada a ausência de trabalho, e decorrente dessa situação, tem-se historicamente favorecido a migração de membros ou até famílias inteiras de nordestinos para os grandes centros, em busca de trabalho e remuneração, e assim

poderem garantir a sua existência (Nunes; Silva; Cordeiro, 2016).

Assim, o objetivo do trabalho é analisar o processo de migração da população nordestina residente no meio rural no período de seca entre 1950 a 2010 para a zona urbana. Partindo do pressuposto que a seca é um dos fatores dessa migração na tentativa encontrar melhor qualidade de vida e umas das alternativas são os aglomerados urbanos.

Deste modo, a composição desse trabalho, estudando a seca e a migração da população rural se justificar pela necessidade do aprofundamento do tema que ainda apresenta caminhos de interpretações não esgotados. Ademais, a análise em questão, buscar entender os processos endógenos e exógenos que causa o esvaziamento do meio rural (sazonal ou definitivo) influenciado durante o período de grandes secas.

Metodologia

A abordagem da pesquisa foi eminentemente teórica e analítica-crítica, dividida em três procedimentos.

(1) levantamento e exame da bibliografia buscado no banco de Catálogo de Tese e Dissertações e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) utilizando palavras-chave: seca; migração; êxodo; Nordeste; políticas públicas; combate e convivência com a seca; sertão e rural-urbano.

(2) coleta de dados secundários no banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dados abertos, acerca da população da região Nordeste rural e urbana entre os anos de 1950 a 2010. Período esse que compreende os grandes períodos de estiagem dos séculos XX e XI. A extração dessas informações também considerou a quantidade de homens e mulheres que residem na zona rural entre o período de 1970 a 2010, início da coleta de dados para essa variável disponível no banco de dados.

(3) na última parte foi feita uma análise crítica entre a teoria e os dados brutos, gerando interpretações de como a seca e a migração afetaram a vida de milhões de pessoas na região Nordeste. Para espacializar esses dados lançaram-se mãos da estatística descritiva. Dessa forma, a metodologia está embasada numa visão analítica-crítica da migração definitiva.

Desenvolvimento

Desde a colonização da região, a zona que se encontrava além da região litorânea nordestina era vista pelos portugueses como um grande deserto, ou deserto como Lima e Magalhães (2018) ressaltam. Palavra essa que posteriormente transformada em sertão, nome pelo qual a região é conhecida até os dias atuais.

A partir do processo de ocupação do semiárido nordestino, impulsionado pela pecuária para a produção de couro, carne e animais de tração, essa região

passa a ser uma área povoada (Morais, 2020). Nesse momento, a preocupação com a produtividade os relatos sobre a seca passaram a ter um peso e uma melhor dimensão das consequências que esse fenômeno traz consigo para as comunidades atingidas.

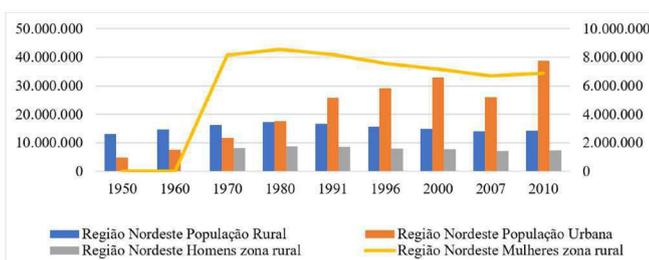
Mesmo a seca sendo um fenômeno natural, era tida como o principal fator de limitação para justificar o seu subdesenvolvimento. Sendo assim, as políticas públicas surgem como “ações, práticas, diretrizes fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo para resolver questões gerais e específicas da sociedade” (Heidmann, 2006, p.29).

Na busca por soluções que garantam um abastecimento de água confiável para uma região, duas políticas se destacaram como essenciais: a construção de açudes, demandada pela Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) na segunda metade do século XX (Morais, 2020) e a importação de água de rios perenes, como o rio São Francisco. O NEB foi uma das que mais sofreu os efeitos ocasionados pela rápida urbanização do Brasil. Esse processo de urbanização advém principalmente como resultado do rápido processo de industrialização que vinha sendo implementado, transformando em poucos anos um país até então rural.

Muitos fatores podem influenciar a decisão do homem deixar a zona rural e partir em busca de emprego nas cidades. Entre eles estão os períodos longos de estiagem que impossibilitavam a produção rural, principalmente, para os pequenos produtores rurais tradicionais que não possui a estrutura necessária para enfrentar, nem mesmo em partes, os efeitos da seca, como aponta Soares (1984). Gonçalves (2001), observa que as migrações costumam aumentar nos deslocamentos humanos internamente, como, por exemplo, uma migração da população residente na zona urbana para a zona rural, que resultam, em alguns casos, em mudanças profundas que podem ser por motivos culturais, políticos ou socioeconômico.

Essas mudanças podem ser ocasionadas, principalmente, por mudanças nas tecnologias utilizadas, ou até mesmo retorno as tecnologias utilizadas em tempos anteriores (Gonçalves, 2001). No NEB, região foco do estudo, se observar uma inclinação da migração da população rural para a zona urbana, dado os percentuais de crescimento e declínio do contingente populacional (Gráfico 01).

Gráfico 01: Dados da população da região Nordeste residentes na zona rural e urbana entre 1950 a 2010



Fonte:
IPEA Data (2021).
Adaptados pelos
autores (2024).

Os dados contidos no gráfico anterior, evidenciam que do período de 1950 a 2010 a ocorrência do processo de migração da zona rural para a zona urbana, analisando o movimento de crescimento da zona urbana e declínio da zona rural. Essa cinestesia tem início no ano de 1950, a população rural no NEB era 50%, superior ao montante total na zona urbana. A partir de 1980 essa diferença diminuiu e em 1991 a população urbana ultrapassa a rural e o processo de migração se assenta nos anos posteriores, chegando a mais que dobrar no censo demográfico no ano de 2010.

Como apontado por Gonçalves e Lima (1993) e Gonçalves (2001), no NEB uma das principais razões que influencia a mudança permanente da população do seu lugar de origem, o processo migratório, está vinculado aos grandes períodos de estiagem. Como dizem o dito popular, as chamadas Eras, eram períodos tão árduos que mudavam o sentido do espaço-tempo na realidade do lugar. Os meios de permanência (fonte de renda, comida, água, etc.) torna sua presença comprometida. Para além da seca, o aumento da oferta de empregos ou com a alteração das tecnologias disponíveis na sociedade em estudo transmuda o universo rural para a realidade da cidade.

Entre os séculos XX e XXI alguns períodos foram marcos pela presença do fenômeno da seca mais acentuados, que variam entre 1979 a 2017 (Quadro 01).

Quadro 01: Maiores secas do século XX e XXI.

Período de Secas	Século XX	Características do período (Séc. XX — XXI)
	1979–83	Considerada a maior seca do século
	1986–87	Foi verificada uma abrupta diminuição de precipitações no semiárido
	1992–1993	Atingiu 90% do território do “Polígono das Secas”, deixando a região atingida em estado de calamidade pública
	1997–1999	Última grande seca do século
	Século XXI	
	2001–02	Causou um forte impacto na agricultura, principalmente nos perímetros ligados ao Rio São Francisco
	2005	Ampliou o chamado “Polígono das Secas”, afetando também boa parte da região Amazônica
	2007–08	Atingiu principalmente o norte de Minas Gerais, com centena de municípios decretando estado de calamidade
	2010	Seca maior que a verificada no ano de 2005, causando um forte avanço no processo de desertificação do semiárido
2012–17	Registro histórico mais longo desde o início do século XIX	

Fontes: Martins et al., (2017); Marengo et al., (2017). Adaptado pelos autores (2024).

Os dados apresentados no gráfico 01 coadunam com as expressões da tabela anterior. A primeira grande seca do século XX no NEB foi no ano de 1980, compreendendo que esse período coincide com a estagnação ou declínio do nível da população rural e o aumento significativo da população urbana. A baixa precipitação pode ter contribuído para a migração rural-urbana, uma vez que a falta de água afetou diretamente a agricultura e a economia rural, forçando muitas pessoas a buscar oportunidades nas cidades.

A partir desta data, os dados apresentados anteriormente mostram uma continuação da tendência de crescimento da população urbana, enquanto a população rural permanece praticamente estagnada. Essa seca de 1986 a 1987 contribuiu para aumentar a insegurança agrícola e alimentar no campo, o que também pode ter impulsionado a migração para as áreas urbanas.

Ao longo da discussão, o texto apresenta duas razões principais que levam a migração do campo para as cidades: os períodos prolongados de estiagem, materializados empiricamente em pelo menos cinco grandes secas causando verticalizados entraves econômicos. Esses períodos marcados por longas estiagens que tiveram grande impacto na região compreendem entre 1963 e 1964, considerada uma seca gravíssima, registrando falta de chuva até na Amazônia.

Entre 1979 e 1985, considerada a seca mais longa registrada no Nordeste até então, registrando mais de 3,5 milhões de mortes. Outro período significativo compreende entre 1977 e 1999, afetando mais de 5 milhões de pessoas e deixando grandes centros como a cidade do Recife recebendo água encanada apenas uma vez na semana.

Essa estiagem ainda é sentida em 2001, considerada um prolongamento da seca registrada no final da década de 1990 (Lima; Magalhães, 2018). Por fim, os anos de 2007 a 2008, que somou um total de 15 meses de estiagem (Lima; Magalhães, 2018). Deste modo, temos assim uma ideia dos principais fatores que levam a população residente da zona rural a muitas vezes abandonar suas terras em busca de emprego/oportunidades nos grandes centros.

Conclusões

A partir do texto apresentado a pesquisa infere que ao longo do recorte temporal do estudo pode-se notar um processo migratório da região Nordeste acentuado, passando de uma região com a população predominantemente residente da zona rural, para uma região onde a maior parcela da sua população reside na zona urbana.

Os dados demonstram haver uma relação vertical em relação entre os períodos de seca e a migração da população rural para as cidades. A seca, ao causar impactos na agricultura e na economia rural, constitui-se em um dos principais fatores impulsionadores do êxodo rural.

Esse movimento de migração aumentou significativamente na população

urbana ao longo das décadas, especialmente, em períodos de seca mais severos. Dessa forma, podemos associar a escassez de recursos no campo, agravada pelos eventos de seca, com o aumento da população urbana na região Nordeste, conforme demonstrado.

De todo modo, é importante lembrar, que ainda há um longo caminho a percorrer em relação às condições econômicas e sociais no NEB. Haja visto que grande parte as políticas destinadas para a região ainda são pensadas ignorando os longos períodos de estiagem, pois a seca por si só não causa a miséria da região, e sim os processos produtivos e políticas fomentada como se as chuvas fossem regulares nessa região.

Referências

- GOLGHER, A. B. Fundamentos da migração. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, n. 231, 2004.
- GONÇALVES, J. S.; LIMA, R. DE O. Questão agrária e marginalidade social: desemprego, pobreza e explosão da violência. *Informações Econômicas*, SP. V.23, n.12, dez. 1993.
- GONÇALVES, A. J. Migrações internas: evoluções e desafios. *Revista de Estudos Avançados*, vol. 15, n.o 43. São Paulo, Sept/Dec. 2001.
- HEIDMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDMANN, F. G.; SALM, J. F. Políticas públicas e desenvolvimento. Brasília: UnB, 2006. p.23–39.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- IPEA. Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Brasília: Ipea, 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA — IPEA. IpeaData. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. .
- LIMA, J. R. de. MAGALHÃES, A. R. Secas no Nordeste: registro histórico das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21. *Parc. Estrat. Brasília-DF - V. 23 - n. 46. P. 191 - 212. Jan. - Jun. 2018.*
- Marengo, J. A.; Nunes, L. H.; Souza, C. R. G, Harari, J, Muller-Karger, F, Greco, R, Hosokawa, E, Tabuchi, EK, Merrill, SB, Reynolds, CJ, Pelling, M, Alves, LM, Aragao, LE, Chou, SC, Moreira, F, Paterson, S, Lockman, JT, Gray, AG (2017) A Globally-Deployable Strategy for Co-Development of Adaptation Preferences to Sea-Level Rise: The Public Participation Case of Santos, Brazil, *Natural Hazards*, DOI 10.1007/s11069017-2855-x
- MARTINS, E. S. P. R.; MAGALHÃES, A. R.; FONTENELE, D. A seca pluri-anual de 2010-2017 no Nordeste e seus impactos. *Parcerias Estratégicas*, Brasília-DF, v. 22, n. 44, p. 17-40, 2017.
- MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Seridó Norte-Rio-Grandense: uma

geografia da resistência. Natal: EDUFRN, 2020.

NUNES, D. M. P.; SILVA, M. S.; CORDEIRO, R. de L. M. A experiência de trabalho e dos riscos entre os trabalhadores-migrantes nordestinos nos canais paulistas. *Saúde e soc.* Vol.25, no.4, São Paulo, Oct/Dec. 2016.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. *Sociedade e estado*, v. 18, p. 361-385, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/P7t9S99gxSqYsNbSDVHLC9k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18. out. 2024.

SILVA, V. M. A.; PATRÍCIO, M. C. M.; RBEIRO, V. H. A.; MEDEIROS, R. M. et al. O desastre seca no Nordeste Brasileiro. *Polêm! ca*, v. 12, n. 2, p. 284-293, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/polemica/article/view/6431/4839>. Acesso em: 22 out. 2024.

SILVA, F. V. A migração temporária de trabalhadores de São José de Piranhas–PB para o corte de cana-de-açúcar em São Paulo e Bahia: causas e impactos para o lugar de origem. 2022. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

SOARES, P. G. *Nordestinos, o Brasil em Busca de Soluções*. Editora Rio Gráfica, 1984. 144 p.

SUASSUNA, João. Semi-árido: proposta de convivência com a seca. *Cadernos de estudos sociais*, v. 23, n. 1-2, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1388/1108>. Acesso em: 19 out. 2024.